

SÉRGIO CAMPINHO

Advogado. Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

CURSO DE
DIREITO
COMERCIAL

**FALÊNCIA
E RECUPERAÇÃO
DE EMPRESA**

Prefácio do Ministro Luiz Fux

10ª edição
revista e atualizada

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53602-52-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato
Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Fabricando Ideias Design Gráfico
Revisão PBA Preparação e Revisão de Textos

Capa Aero Comunicação
Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Campinho, Sérgio

Curso de direito comercial : falência e recuperação de empresa / Sérgio Campinho ; prefácio do Ministro Luiz Fux. – 10. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito comercial 2. Direito empresarial 3. Falência 4. Recuperação judicial (Direito) I. Título II. Fux, Luiz.

18-1052

CDU 347.736(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito comercial : Brasil : Falência 347.736(81)
2. Brasil : Leis : Recuperação de empresas 347.736(81)**Data de fechamento da edição: 2-10-2018**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605131 CAE 630539

1133056


SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	19
-----------------------	----

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES GERAIS	25
1. Etimologia	25
2. Conceito de falência	25
3. Natureza da falência: direito material ou processual?	29
4. A falência como execução concursal	30
5. Conceito de recuperação judicial	31
6. Natureza jurídica da recuperação judicial	32
CAPÍTULO 2 – SUJEITO PASSIVO DA FALÊNCIA, DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA EXTRAJUDICIAL.....	35
7. O empresário (sistema restritivo)	35
8. A profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística	36
9. O empresário rural	37
10. O empresário individual.....	37
11. O espólio.....	38
12. O menor empresário	39
13. A sociedade empresária.....	40

14. A sociedade anônima.....	41
15. A sociedade de economia mista e a empresa pública	42
16. A instituição financeira.....	43
17. A sociedade seguradora.....	45
18. A sociedade operadora de plano de assistência à saúde	46
19. A entidade de previdência complementar	46
20. O transportador aéreo	47
21. A sociedade cooperativa.....	47
22. A sociedade que exerce atividade rural	48
22-A. Concessionárias de serviços públicos de energia elétrica	48
22-B. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI.....	48
CAPÍTULO 3 – JUÍZO COMPETENTE.....	51
23. Conceito de principal estabelecimento	51
24. Prevenção.....	52
25. Natureza da competência	55
26. Encerramento das atividades.....	56
27. Alteração de estabelecimento	57
28. Filial de matriz situada no exterior.....	58

SEÇÃO II – ÓRGÃOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA FALÊNCIA E ACERTAMENTO DO PASSIVO DO DEVEDOR

CAPÍTULO 4 – O JUIZ E O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	63
29. Visão geral e preliminar.....	63
30. A atividade do magistrado	63
31. A atuação do Ministério Público	64
32. Requerimento de falência pelo Ministério Público.....	67
CAPÍTULO 5 – O ADMINISTRADOR JUDICIAL	71
33. Posição jurídica	71

34. Nomeação e investidura	72
35. Impedimentos	74
36. Deveres e atribuições	75
37. Destituição.....	77
38. Substituição.....	77
39. Remuneração	80
40. Responsabilidade do administrador judicial.....	82
41. Prestação de contas.....	83
CAPÍTULO 6 – ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES.....	87
42. Noção	87
43. Competências.....	87
44. Convocação.....	88
45. Instalação	90
46. Direção dos trabalhos.....	91
47. Composição	91
48. Deliberações.....	93
49. Direito de voto.....	95
50. Supressão do direito de voto.....	99
51. Órgão não obrigatório.....	102
CAPÍTULO 7 – COMITÊ DE CREDITORES	103
52. Constituição e composição.....	103
53. Impedimentos	105
54. Atribuições e competências.....	105
55. Deliberações.....	106
56. Remuneração	106
57. Destituição.....	107
58. Responsabilidade civil	107
59. Órgão não obrigatório.....	107

CAPÍTULO 8 – VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS	109
60. Natureza da verificação de créditos.....	109
61. Habilitação de crédito	110
62. Impugnação de créditos.....	113
63. Julgamento na verificação de créditos	115
64. Recurso da sentença de impugnação	115
65. Condenação em honorários advocatícios	116
66. Quadro-geral de credores	117
67. Créditos tributários	117
68. Créditos decorrentes da relação de trabalho.....	119
69. Créditos ilíquidos.....	121
70. Habilitação retardatária	122
71. Exclusão, reclassificação ou retificação de créditos	124

SEÇÃO III – RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CAPÍTULO 9 – FUNDAMENTOS DO INSTITUTO.....	129
72. A crise econômico-financeira.....	129
73. O acordo judicial.....	131
CAPÍTULO 10 – INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	133
74. Legitimação ativa.....	133
75. Condições para a recuperação judicial	134
76. Requisitos formais do pedido e representação	139
77. Deferimento do processamento da recuperação judicial.....	142
78. Natureza jurídica do ato judicial.....	144
79. Recurso do despacho do processamento	144
80. Desistência do pedido	146
CAPÍTULO 11 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS CREDORES	149

81. Créditos sujeitos à recuperação	149
81-A. Tratamento isonômico dos credores	152
82. Obrigações e valores inexigíveis	153
83. Suspensão das ações e execuções	154
84. Novação dos créditos.....	160
CAPÍTULO 12 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS BENS E À PESSOA DO DEVEDOR	161
85. Restrição à livre disposição dos bens	161
86. Afastamento do devedor ou de seus administradores	162
CAPÍTULO 13 – A REORGANIZAÇÃO DA EMPRESA.....	165
87. Meios de recuperação	165
88. Atos de concentração.....	167
89. Plano de recuperação.....	171
90. Manifestação dos credores	172
91. Prazo de realização da assembleia geral de credores e prazo de suspensão das ações.....	174
92. Apresentação de certidões negativas de débito fiscal.....	175
93. Julgamento.....	181
94. Alienação de filiais.....	182
95. Estado de recuperação e seu encerramento.....	184
96. Plano especial de recuperação judicial.....	187
CAPÍTULO 14 – CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA.....	191
97. Hipóteses	191
98. Eficácia dos atos	192

SEÇÃO IV – FALÊNCIA

CAPÍTULO 15 – ESTADO DE FALÊNCIA.....	195
99. Pressupostos	195

100. Qualidade de empresário.....	195
101. Insolvência do empresário	195
102. Sistema do patrimônio deficitário.....	196
103. Sistema da incapacidade de pagar	196
104. Sistema da cessação de pagamentos.....	197
105. Sistema da impontualidade.....	197
106. Sistema da enumeração ou indicação de fatos concretos, precisados em lei	198
107. Sistema adotado pelo direito positivo brasileiro	198
108. Insolvência presumida ou confessada.....	199
109. Conceito de insolvência.....	199
110. Decretação judicial da falência.....	200
111. Pluralidade de credores.....	200
CAPÍTULO 16 – DEVEDOR EMPRESÁRIO.....	203
112. Empresário individual	203
113. Falência dos legalmente impedidos de exercer a atividade de empresário	204
114. Sociedade empresária.....	205
115. Sócio de responsabilidade solidária e ilimitada.....	205
116. Sócio de responsabilidade limitada	209
117. Administradores das sociedades anônima e limitada	212
118. Sócio comanditário	213
119. Sócio oculto	213
120. Sócio da sociedade limitada e controlador da sociedade anônima	214
120-A. O sócio único e o administrador da EIRELI na falência.....	215
121. Ação de responsabilidade.....	216
121-A. Objeto do pedido	217
122. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	218
123. Sociedade em conta de participação.....	219

124. Sociedade em comum.....	220
125. Prova da qualidade de empresário.....	221
CAPÍTULO 17 – INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO.....	223
126. Visão geral.....	223
127. Sistema da impontualidade.....	223
128. Obrigação líquida.....	224
129. Letra de câmbio não aceita	225
130. Duplicata não aceita.....	225
131. A denominada duplicata virtual.....	228
132. Créditos líquidos que não ensejam falência.....	234
133. Título executivo	234
134. A prova da impontualidade: protesto do título	236
135. Protesto comum e protesto especial.....	237
135-A. Protesto de sentença	239
136. Intimação do devedor.....	240
137. Local do protesto.....	242
138. Processamento e formalidades do protesto.....	243
139. Valor superior a quarenta salários mínimos	245
140. Relevante razão de direito.....	245
141. Crítica conceitual ao sistema da impontualidade	248
142. Sistema de enumeração legal.....	251
143. Execução sem pagamento ou garantia.....	253
144. Atos ruinosos.....	261
145. Liquidação precipitada e uso de meios ruinosos ou fraudulentos para pagar .	262
146. Realização de negócio simulado ou alienação de ativo	263
147. Traspasse do estabelecimento	264
148. Transferência simulada do estabelecimento principal.....	264
149. Outorga ou reforço de garantia.....	265

150. Ocultação, fuga ou abandono do estabelecimento	265
151. Descumprimento de obrigação do plano de recuperação	266
CAPÍTULO 18 – DECRETAÇÃO JUDICIAL DA FALÊNCIA.....	267
152. Natureza do processo pré-falimentar	267
153. Legitimação processual ativa.....	267
154. Iniciativa do devedor.....	268
155. Iniciativa do cônjuge sobrevivente, do herdeiro ou do inventariante.....	270
156. Iniciativa dos sócios.....	271
157. Iniciativa dos credores	271
158. A iniciativa da Fazenda Pública	272
159. Defesa do requerido	275
160. O depósito elisivo da falência	276
161. Decretação da falência.....	278
162. Termo legal da falência.....	280
163. Continuação provisória das atividades	282
164. Publicidade da sentença.....	283
165. Natureza jurídica da sentença	283
166. Coisa julgada.....	284
167. Recurso	285
168. Unidade e universalidade do juízo da falência.....	286
169. Sentença denegatória da falência.....	292
170. Condenação em perdas e danos	294
171. Natureza do processo de falência	296
CAPÍTULO 19 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO À PESSOA DO FALIDO.....	297
172. Condição jurídica do falido	297
173. Direitos do falido	297

174. Inabilitação empresarial.....	298
175. Obrigações legais do falido	299
176. Restrição ao livre trânsito	300
177. Sigilo de correspondência.....	301
CAPÍTULO 20 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS BENS DO FALIDO.....	303
178. O desapossamento dos bens e a formação da massa falida objetiva.....	303
179. Arrecadação e custódia dos bens	304
180. Bens excluídos da arrecadação	306
181. Auto de arrecadação dos bens.....	310
182. Liquidação antecipada dos bens.....	310
183. Geração de rendimentos a partir dos bens arrecadados	311
CAPÍTULO 21 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CREDORES	313
184. A formação da massa falida subjetiva	313
185. Credores concorrentes e credores concursais.....	313
186. Credores reivindicantes	314
187. Credores extraconcursais	314
188. Credores não admitidos.....	314
189. Credores por obrigações solidárias	315
190. Efeitos jurídicos quanto aos direitos dos credores	317
191. Vencimento antecipado da dívida do falido.....	317
192. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores	318
193. Cessação da fluência de juros.....	319
194. Suspensão do curso do prazo prescricional.....	321
CAPÍTULO 22 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS DO FALIDO	323
195. Contrato: conceito e classificação	323

196. Contratos bilaterais	324
197. Contratos unilaterais	326
198. Coisas vendidas, ainda em trânsito	326
199. Venda de coisas compostas	327
200. Venda de coisa móvel ou prestação de serviços pagos em prestações	327
201. Contrato de venda com reserva de domínio.....	327
202. Contrato de compra e venda a termo.....	328
203. Promessa de compra e venda de imóveis.....	328
204. Contrato de locação	329
205. Compensação e liquidação de obrigação no âmbito do sistema financeiro nacional.....	329
206. Patrimônio de afetação	330
207. Contrato de trabalho.....	332
208. Concessão de serviço público.....	333
209. Contrato de conta corrente.....	333
210. Contratos de mandato e comissão	334
211. Propriedade em comum	335
212. Contrato de sociedade.....	335
213. Compensação das dívidas do falido	338
CAPÍTULO 23 – AÇÃO REVOCATÓRIA	341
214. Atos ineficazes e revogáveis.....	341
215. Pagamento de dívidas não vencidas	344
216. Pagamento por meio extraordinário	344
217. Constituição de garantia real	345
218. Atos a título gratuito	345
219. Renúncia à herança ou a legado.....	346
220. Traspasse do estabelecimento	346
221. Registros e averbações após a decretação da falência.....	347

222. Ineficácia do reembolso dos acionistas	348
223. Atos previstos no plano de recuperação judicial	349
224. Processamento da ação revocatória	349
225. Legitimação ativa e passiva	350
226. Competência, rito e prazo de propositura.....	351
227. Recurso da decisão revocatória	352
228. Ineficácia ou revogação de ato amparado em decisão judicial.....	352
229. Efeitos da ação revocatória.....	353
CAPÍTULO 24 – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO.....	355
230. Função e natureza jurídica.....	355
231. Restituição ordinária	356
232. Alienação fiduciária em garantia	356
233. Cessão fiduciária de direitos creditórios	358
234. Arrendamento mercantil	358
235. Mandato e comissão	359
236. Comodato.....	359
237. Contrato estimatório	360
238. Restituição de dinheiro em poder do falido	360
239. Restituições especiais	361
240. Restituição de coisa vendida a crédito.....	361
241. Restituição decorrente de adiantamento a contrato de câmbio.....	363
242. Valores entregues ao devedor pelo contratante de boa-fé	363
243. Rito processual	364
244. Embargos de terceiro opostos pelo cônjuge do falido.....	365
CAPÍTULO 25 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS.....	369
245. Razão de ordem.....	369
246. Gradação dos créditos	369

247. Créditos de natureza trabalhista.....	370
247-A. Crédito relativo a honorários advocatícios.....	372
248. Representantes comerciais autônomos.....	372
249. Créditos com garantia real.....	374
250. Créditos tributários.....	375
251. Créditos com privilégio especial.....	377
252. Créditos com privilégio geral.....	379
253. Créditos quirografários.....	380
254. Créditos subquirografários.....	380
255. Créditos subordinados.....	381
256. Créditos extraconcursais.....	382
CAPÍTULO 26 – REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO.....	385
257. O momento da liquidação.....	385
258. Plano de venda dos bens.....	387
259. Alienação comum ou ordinária.....	387
260. Formas ordinárias.....	388
261. Modalidades ordinárias.....	389
262. Modalidades extraordinárias.....	392
263. Sucessão nas obrigações do devedor.....	393
264. Disposições complementares à realização do ativo.....	394
265. Ordem de pagamentos.....	395
266. Importâncias reservadas.....	396
267. Disposições complementares ao pagamento do passivo.....	397
268. Encerramento da falência.....	398
CAPÍTULO 27 – EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO.....	401
269. Enquadramento.....	401
270. Pagamento.....	402

271. O decurso do tempo.....	402
272. Processamento do requerimento.....	403
273. Sócios de responsabilidade ilimitada.....	404

SEÇÃO V – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CAPÍTULO 28 – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	409
274. Convocação extrajudicial de credores	409
275. O acordo extrajudicial homologável	410
276. Condições gerais.....	413
277. Condições especiais	413
278. Credores excluídos	414
279. Instrução do pedido	415
280. Oposição dos credores.....	416
281. Efeitos.....	418

SEÇÃO VI – O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMO FONTE SUBSIDIÁRIA

CAPÍTULO 29 – IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	421
282. Questão de ordem.....	421
283. Contagem dos prazos de natureza processual.....	422
284. A aplicação subsidiária do Código de Processo Civil e o sistema recursal da Lei n. 11.101/2005.....	426
285. O novo regime jurídico do recurso de agravo	428
285-A. No processo preliminar da falência	429
285-B. No processo de falência.....	431
285-C. No processo de recuperação judicial	432
286. Cooperação jurisdicional (cooperação nacional)	435
<i>Bibliografia.....</i>	<i>437</i>